



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciência Política**

**Análise comparativa da eficiência das câmaras  
baixas no Brasil e no Reino Unido**

Gabriel Luiz Paiva Santos Ribeiro

Brasília - DF

07/2022

# INTRODUÇÃO

A avaliação de desempenho das instituições governamentais configura uma linha de pesquisas consolidada em várias disciplinas das ciências sociais (ARTER, 2006; BOUERI, ROCHA, RODOPOULOS, 2015; MENEGUIN, 2017; e MIRANDA, 2015).

A eficiência é um elemento muito presente nas discussões acerca do Estado. Atualmente, o entendimento de que as políticas devem ser estruturadas de uma maneira eficaz é quase um consenso, porém os trajetos para que tal eficiência seja alcançada muitas vezes são motivos de debate.

A tarefa de avaliar o desempenho dos governos e, em especial, das instituições legislativas, não é, contudo, trivial. Meneguín (2017) e Miranda (2015) apontam as dificuldades de se obter indicadores adequados para mensurar as entregas e o valor dos parlamentos. As abordagens muitas vezes esbarram em nuances específicas da atividade que, ou não são realmente mensuráveis, ou possuem impactos na medição do desempenho que não são claros.

Existe uma vontade extrema por parte de alguns grupos de que o Estado seja eficiente em primeiro lugar, o que pode gerar desigualdades e circunstâncias indesejáveis. Por outro lado, o sacrifício completo da eficiência também gera problemas e costumes muito nocivos para o funcionamento da sociedade e a consolidação de políticas que busquem maior igualdade e geração de riqueza.

Neste trabalho, se tomará o conceito de eficiência como a capacidade de fazer mais com menos recursos (SOUZA 2008; SANO e MONTENEGRO FILHO 2013). Ainda que exista um necessário fundo ético a ser desenvolvido acerca da eficiência, sua definição básica é simples, mantendo-se no campo da produtividade e do rendimento.

A perspectiva de uma eficiência ética é fundamental para que sejam desenvolvidos planos e propostas de melhoria para as instituições que tragam bons resultados humanamente falando tanto na garantia dos direitos de todos quanto na real disponibilização dos recursos necessários para o exercício de tais direitos (BLANCHET, HACHEM E SANTANO, 2015).

A eficiência pura pode gerar a exclusão de determinados grupos ou até mesmo políticas violentas e discriminatórias, porém a ausência total de eficiência enquanto um critério de implementação de políticas faz com que os direitos fiquem restritos à seara legal e não se concretizem, por falta de capacidade de gestão e ausência de critérios de resultado. Portanto, a consideração da eficiência na atuação governamental é inescapável.

O equilíbrio na percepção da eficiência enquanto um critério é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e as análises aqui desenvolvidas não buscam questionar os valores que levaram as instituições a se organizarem de determinada maneira, mas buscam apenas estabelecer uma comparação da eficiência na perspectiva econômica, comparando gastos e o exercício da atividade parlamentar.

O entendimento da atividade parlamentar enquanto representação popular dos votantes levanta o debate acerca da maneira pela qual os representantes exercem sua atividade. A atividade representativa eficiente pode ser medida de várias maneiras, sendo função do poder público buscar o bem-estar daqueles que representa, logo, um critério ligado à satisfação pessoal dos eleitores pode ser entendido como coerente para analisar os resultados da atividade parlamentar.

O contraste entre a satisfação dos eleitores e os custos da atividade parlamentar são objeto de análise deste trabalho e, dessa maneira, pretende-se construir um cenário comparativo entre Brasil e Reino Unido para a observação de possíveis diferenças de eficiência. O debate levantado é relevante por tratar também dos gastos em perspectiva, tentando evitar uma análise isolada dos dados coletados que poderia induzir a enganos ou interpretações descontextualizadas e distorcidas da realidade.

Abordar a eficiência enquanto uma métrica de resultado é entender, de maneira resumida, que maiores gastos devem significar melhores resultados e vice-versa. Tal debate se torna extremamente importante à medida que determinadas maneiras de se entender a eficiência podem gerar graves problemas, assim como sua ausência. Partindo deste ponto, a comparação busca promover um panorama acerca dos gastos ligados à atividade, levantando o debate da necessidade de se ter a eficiência enquanto um critério, porém com o devido cuidado.

### **Pergunta de pesquisa**

Quais são as diferenças de eficiência no desempenho das câmaras baixas do Brasil e do Reino Unido?

### **Objetivo geral**

Este trabalho busca analisar a variação de desempenho das câmaras baixas do Brasil e do Reino Unido à luz das seguintes métricas: gasto financeiro, satisfação da população com o desempenho político de seus membros e engajamento cívico. A questão dos recursos investidos em câmaras representativas se conecta diretamente a debates da atualidade que

muitas vezes são veiculados de maneira isolada sem necessárias perspectivas comparativas que podem explicar parte do que se poderia ter, à primeira vista, como algo exagerado ou no mínimo incomum em se tratando de gastos públicos.

### **Objetivos específicos**

- Levantar os gastos das câmaras baixas do legislativo, em valores comparáveis para os dois países, no período de 2013 a 2019;
- Produzir análise comparativa entre os dois países para cada métrica selecionada: orçamento das câmaras x PIB; satisfação com o legislativo; e engajamento cívico.
- Produzir análise comparativa entre as métricas;
- Avaliar as diferenças nos resultados obtidos para cada país.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

### **Separação de poderes**

A teoria democrática se desenvolveu e se alterou muito ao longo dos séculos. O princípio representativo foi introduzido e atualmente é regra na maioria absoluta dos casos. Ter por base a comparação entre duas democracias é assumir determinados pressupostos que valem a pena a menção (HELD, 1991).

A separação e independência entre os poderes é um valor mantido em ambos os contextos que compõem o campo da comparação e, ainda que o entendimento acerca dos limites e prerrogativas de cada poder sejam diversos em ambos os sistemas, existe uma clara legislação que versa sobre as funções de cada um e os limites para o exercício de suas funções, consagrado, inclusive, na própria Constituição Federal em seu artigo segundo no caso brasileiro. A separação é um valor historicamente valorizado nos contextos democráticos e apesar da atualidade da discussão acerca dos procedimentos e consequências relativos à separação de poderes, será mantida aqui a consideração de que tal característica é comum a ambos os contextos (PELICIOLI, 2006).

Uma diferença fundamental a ser esclarecida e levada em consideração na ocasião da comparação é o regime de governo adotado em cada um dos países analisados: enquanto o Reino Unido adota um sistema parlamentarista, o Brasil adota um sistema presidencialista. No caso britânico, o poder executivo divide o chefe de Estado do chefe de governo, acumulando no líder do partido com maioria no parlamento a função de chefe de governo para além da

função representativa de seus eleitos. Há também no sistema parlamentarista a constante possibilidade de ser conduzida uma dissolução do governo vigente por ausência de maioria, fator crucial que diferencia os sistemas, já que no modelo brasileiro de presidencialismo o presidente não pode ser destituído por razões políticas apenas, sendo necessário um crime de responsabilidade para que seja promovido o impedimento (TRENNEPOHI, 2016).

O modelo parlamentarista traz consigo características que dão ao parlamento prerrogativas maiores do que aquelas garantidas no sistema presidencialista, sendo neste último o foco no presidente como chefe de Estado e de governo simultaneamente, acumulando poderes. Tal organização fez com que parte dos estudiosos da área considerassem o executivo brasileiro “super poderoso”, entendendo que esse poder, de certa maneira, acumulava prerrogativas maiores que as dos outros (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001). O poder executivo funciona de maneira diversa nos dois contextos, fazendo com que o estudo foque apenas nas partes em que de fato existe uma aproximação, mantendo o recorte da câmara baixa do legislativo (STEPAN, 1990).

### **Funções do poder legislativo**

A função representativa se mantém parecida tanto no sistema parlamentarista quanto no presidencialista. Em última análise, a ferramenta do voto ainda é o princípio democrático que institui o governo, tendo como diferença que no sistema presidencialista são levados a cabo dois processos eleitorais que têm como resultados a eleição de um presidente e um parlamento, enquanto que no sistema parlamentarista tais processos não são feitos simultaneamente, sendo feito inicialmente uma escolha para determinar os membros do parlamento e estes membros se reúnem posteriormente para eleger o chefe de governo.

A representação reside em ambos os casos no voto e na eleição popular dos membros, sendo possível orientar um estudo que compara diretamente os membros das câmaras baixas dos dois países justamente por suas responsabilidades serem similares.

Cabe aqui apresentar as funções dos respectivos parlamentos disponíveis em nos próprios portais das instituições.

#### *Parlamento brasileiro*

O Poder Legislativo tem um importante papel para a sociedade. Essencial para o funcionamento de qualquer regime democrático, no Brasil, é o Parlamento que estabelece um

elo entre o povo e seus representantes nos municípios, nos estados e no país. Esse Poder do Estado trabalha para que todos os brasileiros sejam cidadãos livres, com direitos, garantias e deveres.

É o responsável por produzir as leis que irão orientar nossa sociedade, com o objetivo de regular a vida em comum. Além disso, cabe ao Poder Legislativo fiscalizar, representar o povo brasileiro, além de sediar os debates de interesse nacional.

### *Parlamento do Reino Unido*

As principais funções do parlamento no Reino Unido são:

- Avaliar e questionar o trabalho do governo (fiscalização)
- Elaborar e alterar leis (legislação)
- Debater assuntos relevantes do dia (discussão)
- Avaliar e aprovar as despesas governamentais (orçamento/arrecadação)

É possível notar que, apesar das disparidades entre os sistemas de cada país, as funções atribuídas ao poder legislativo são semelhantes.

### **Estrutura do poder legislativo**

Em ambos os países, o poder legislativo se organiza de maneira semelhante: trata-se de uma organização bicameral que divide a atribuição da produção de leis em uma casa iniciadora e uma casa revisora. Ao longo do tempo, principalmente no Reino Unido, o contexto se alterou variando o nível de poder e preponderância de cada uma das casas. Apesar das dinâmicas, atualmente os dois poderes legislativos de ambos os países se aproximam, com um maior destaque para a câmara baixa e uma função secundária para a câmara alta.

A câmara baixa do legislativo brasileiro é composta por 513 deputados eleitos proporcionalmente por unidade da federação, variando a magnitude eleitoral de acordo com a população, tendo como limite mínimo oito deputados e máximo setenta deputados.

No Reino Unido, os membros do parlamento são eleitos concorrencialmente (First Past the Post) em cada um dos 650 distritos nos quais o território se divide, sendo a magnitude unitária para todos os distritos.

A escolha específica da câmara baixa para a comparação se dá pelo fato de que os membros da câmara alta do legislativo britânico não recebem remuneração pelos serviços

prestados, tornando impossível uma comparação que pretende estabelecer uma proporção entre investimento e satisfação eleitoral tendo essa casa como objeto.

Outro fator que vale a pena ser considerado é o recorte em relação aos processos eleitorais. No caso brasileiro, o sistema proporcional de eleição dos deputados faz com que os processos eleitorais de maneira geral sejam mais caros. No caso do Reino Unido, os parlamentares disputam em um contexto limitado pelo seu distrito, fazendo com que as campanhas políticas sejam menos dispendiosas e restringindo seu alcance geográfico. (Citar fala do Barroso no simpósio, link: <https://www.youtube.com/watch?v=EXfy-fojur8&list=PLo4jXE-LdDTTUj-szWbx-EmMef9okg5Ab&index=10&t=6s>)

### **Eficiências e medidas de desempenho legislativo**

O conceito de eficiência utilizado no trabalho será o de: “*Atributo ou condição do que é produtivo; desempenho, produtividade, rendimento*” (MICHAELIS). No contexto legislativo, são métricas de eficiência aplicáveis à atividade parlamentar os resultados de engajamento cívico e de satisfação pessoal. Isso porque o desempenho do poder legislativo ainda é objeto de muito debate metodológico (MENEGUIN, 2014; MIRANDA, 2015), dificilmente se prestando a mensuração quantitativa direta (número de leis aprovadas, audiências realizadas ou fiscalizações empreendidas, por exemplo). Entende-se que a melhor forma de se produzir um conceito de produtividade é através do atendimento às demandas por parte da população manifestadas na satisfação pessoal, tendo em vista o objetivo representativo de se construir uma sociedade melhor para os representados.

Os parâmetros escolhidos buscam balizar tanto o resultado da atuação parlamentar quanto o nível de participação da população no processo (sendo este último um fator que relaciona o bem-estar às instituições, relacionando de maneira mais completa o parlamento e seus representados). O caminho trilhado nesta pesquisa não se voltará, portanto, à atuação parlamentar individual, mas ao desempenho relativo das instituições escolhidas - as câmaras baixas dos dois países. Dessa maneira, o resultado dos custos será medido socialmente, tendo em vista o bem-estar dos eleitores e não apenas uma lógica de atividades, propondo uma análise mais subjetiva, porém representativa (OECD. *Better Life Index*. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/life-satisfaction-pt/> e (OECD. *Better Life Index*. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/civic-engagement-pt/>).

### **Engajamento cívico**

A OCDE entende que o engajamento cívico se baseia em dois indicadores: envolvimento das partes interessadas no desenvolvimento da legislação e comparecimento nas urnas. De uma maneira ampla, o engajamento pode ser entendido como confiabilidade na eficiência das instituições políticas, por mais que o engajamento aqui não gere uma diferenciação entre as áreas institucionais mais afetadas, é possível entender que um maior engajamento significa uma maior quantidade de veiculação das demandas da população às instituições (não significa necessariamente maior quantidade de demandas).

O entendimento de que o engajamento pode ser um sinal de confiança no funcionamento das instituições é outra maneira de se entender essa métrica. A simples percepção de que as demandas devem ser levadas à administração pública já é um sinal de que existe por parte da população a noção de que soluções podem ser geradas naquele contexto.

É válido considerar, porém, que a confiança nas instituições não significa a confiança nos membros que ocupam tais cargos, que eventualmente uma população pode ter a percepção de que seus políticos não são confiáveis, porém se mantém a crença de que, por pressões eleitorais ou qualquer outra razão, estes são a fonte mais eficiente das soluções para as demandas. Nesse sentido, essa métrica se trata mais de uma percepção da possibilidade de a burocracia promover políticas públicas de qualidade e de interesse do que da promoção concretamente.

### **Satisfação pessoal**

Segundo a OCDE: *“Life satisfaction The indicator considers people's evaluation of their life as a whole. It is a weighted-sum of different response categories based on people's rates of their current life relative to the best and worst possible lives for them on a scale from 0 to 10, using the Cantril Ladder (known also as the "Self-Anchoring Striving Scale").”*<sup>1</sup>

“Satisfação pessoal O indicador considera a avaliação das pessoas acerca de suas vidas como um todo. Se trata de uma soma ponderada de diferentes respostas categorizadas nas impressões das pessoas de sua vida atual relacionadas à melhor ou à pior vida possível em uma escala de 0 a 10, usando a Escada de Cantril (também conhecida como *“Self-Anchoring Striving Scale”*)”.

---

<sup>1</sup> Disponível em:

[https://stats.oecd.org/OECDStat\\_Metadata/ShowMetadata.ashx?Dataset=BLI&Coords=%5BINDICATOR%5D.%5BSW\\_LIFS%5D&ShowOnWeb=true&Lang=en](https://stats.oecd.org/OECDStat_Metadata/ShowMetadata.ashx?Dataset=BLI&Coords=%5BINDICATOR%5D.%5BSW_LIFS%5D&ShowOnWeb=true&Lang=en).



O critério subjetivo de medição do bem-estar pode gerar discussões e entraves ao estudo científico, porém o modelo utilizado pela OCDE tem visibilidade no meio acadêmico e muitas vezes pode ser entendido como uma maneira coerente de se sistematizar algo de difícil abordagem, ainda que de maneira limitada e metódica (GIACOMONI, 2004).

A satisfação pessoal é uma métrica útil para a verificação do contentamento da população com a situação atual e a avaliação de políticas públicas implementadas no passado. É possível entender que a satisfação pessoal não está relacionada somente ao bom funcionamento das câmaras representativas, porém a qualidade de vida de uma maneira geral tende a ser maior quando os representantes exercem um bom mandato, tendo em vista as demandas da população e suas maiores necessidades.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho se qualifica como pesquisa quali-quantitativa, de caráter exploratório, uma vez que combina informações sobre a natureza e o contexto do fenômeno estudado com dados estatísticos e financeiros tomados como medidas do fenômeno, visando estruturar uma comparação entre a eficiência da câmara baixa do parlamento brasileiro e a câmara baixa do parlamento do Reino Unido. Para tanto, será desenvolvido um conceito de eficiência que coloca em contraste a atividade parlamentar e os recursos investidos em cada um dos contextos. Os dados de desempenho dos representantes serão coletados através de métricas de satisfação pessoal e engajamento cívico da população. O uso dos dados sobre a satisfação pessoal é fácil de se compreender tendo em vista a lógica de que a representação democrática tem como fim a concreção dos interesses da maioria da população. O formato natural das democracias subentende que uma atuação eficiente dos representantes levaria a um maior nível de satisfação dos representados.

### *Recortes do estudo*

O recorte da câmara baixa é fundamental para a análise de custos, visto que no Reino Unido os membros da câmara alta do parlamento não recebem remuneração. Outro fator importante deste recorte, considerando-se a seara da produtividade, é que a câmara alta do parlamento brasileiro tem a função primordial de casa revisora, tornando difícil uma análise de resultados através desse objeto.

O recorte geográfico selecionado tem por função uma comparação que observe tanto similaridades nas funções dos membros da câmara baixa quanto um sistema democrático

diferente. Os dois países escolhidos possuem sistemas eleitorais e regimes de governo diferentes, sendo importante a abertura de um debate possível acerca de uma maior eficiência estar relacionada a algum regime ou ser fruto de algum sistema eleitoral (esse trabalho, ainda que busque permitir a abertura de tal debate, não versa sobre o tema).

Outra razão para a escolha do Brasil especificamente é a possibilidade de serem produzidas contribuições teóricas para o entendimento da eficiência representativa no país e possíveis alterações ou inovações que possam ser interessantes.

O recorte temporal foi definido com base na disponibilidade dos dados e no foco em se criar uma análise válida em um cenário comum. Os dados de 2013 constituem uma base próxima, gerando poucas variações inflacionárias e com dados consistentes em ambos os contextos estudados. O limite do período em 2019 foi definido para que fossem evitadas quaisquer consequências provenientes da pandemia da covid-19, mantendo o estudo apenas em um contexto mais normal, evitando discrepâncias contextuais específicas.

#### *Dados utilizados*

Os valores analisados no trabalho serão as remunerações dos membros de cada um dos parlamentos e o orçamento das respectivas câmaras. A remuneração será utilizada majoritariamente para uma análise geral da estrutura do exercício parlamentar, os valores utilizados para a efetiva comparação dos valores investidos em cada uma das casas serão aqueles ligados aos orçamentos das câmaras.

Tais valores serão recolhidos através dos portais de transparência online de cada um dos países e através de organizações internacionais que busquem compilar dados orçamentários dessa natureza. As organizações mais utilizadas como fonte são: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OCDE**) e a Inter-Parliamentary Union (**IPU**).

Será feita uma comparação entre os dados orçamentários de cada uma das câmaras, tendo por base comparativa o PIB de cada país. Tal procedimento visa criar uma comparação mais qualificada que não projete os dados coletados fora de seu contexto, permitindo uma análise mais coerente sem necessariamente tornar o processo de comparação muito complexo.

Será feita a média dos gastos para o período estabelecido para que os valores possam ser comparados com as métricas de desempenho, buscando definir o custo e os resultados, sendo esta análise o foco do trabalho. A produção das médias serve também para que a comparação seja possível com as métricas já que os dados disponíveis no portal da OCDE já

apresentam a média geral do período e não o valor anual de satisfação pessoal e engajamento cívico.

Os valores serão unificados em dólar para conferir maior alcance ao trabalho e evitar a utilização das moedas correntes de cada um dos países analisados. A cotação utilizada será exposta juntamente com os dados apresentados para facilitar possíveis conversões. Será criado um fator multiplicativo para que seja feita a comparação dos gastos com as câmaras baixas e o PIB de cada país.

### *Métricas de desempenho*

As métricas de desempenho estudadas serão referentes ao engajamento cívico e à satisfação pessoal (média do período). Serão calculadas as médias dos valores gastos e será feita uma comparação representativa para todo o espaço de tempo determinado. Serão apresentadas as métricas e suas implicações para o estudo, determinando-se o que é pretendido com a utilização de cada uma delas.

Para uma melhor visualização dos dados e conclusões, serão produzidos gráficos para a disposição e comparação dos dados. Tais gráficos serão, dentro do possível, produzidos nas próprias fontes de pesquisa que possuem bases de dados com tais ferramentas (OCDE e Banco Mundial). Os gráficos comparativos e que apresentam dados próprios do trabalho serão produzidos de maneira independente.

Inicialmente, será feita uma introdução contextual para que sejam diferenciados ambos os sistemas e contextos e fique clara a intenção do trabalho de expressar uma maneira de se calcular a eficiência sem necessariamente produzir qualquer juízo de valor acerca dos contextos ou propor qualquer tipo de melhoria.

### *Tratamento dos dados*

Para uma análise preliminar, serão comparados os orçamentos destinados às câmaras baixas de cada um dos países com o Produto Interno Bruto em cada ano estudado. Essa comparação busca contextualizar os dados e permitir considerações acerca da dinâmica de investimentos na atividade parlamentar à luz da condição econômica geral do país. Tal comparação será feita graficamente. As informações serão coletadas, compiladas e apresentadas ao longo da exposição do trabalho. A comparação será feita com a utilização dos dados em perspectiva, traçando as diferenças por período estudado (valores anuais) e buscando traçar constância em diferenças ou semelhanças procurando um padrão relacional entre desempenho e custo para cada uma das câmaras.

Em um segundo passo da pesquisa, será feita uma média dos valores orçamentários anuais para que estes possam ser comparados às métricas de desempenho escolhidas. Dessa maneira, serão produzidas as reflexões acerca da eficiência (Resultado/Custo) de cada uma das câmaras. Dada a existência de duas métricas de desempenho e apenas uma média orçamentária para a comparação, cada métrica será comparada isoladamente com os valores, permitindo uma análise ainda mais aprofundada e específica dos resultados e custos.

As métricas também serão comparadas entre si para que seja produzida uma sistematização que tenha por objetivo elucidar as implicações de cada uma delas e também a maneira mais coerente de se criar um embasamento sólido para a comparação com os valores. Dessa forma, serão produzidos gráficos e análises também sobre a condição das métricas em cada um dos países, permitindo uma análise panorâmica anterior à introdução da variável custos para que seja estruturado um contexto sólido para servir de cenário para o processo comparativo principal.

#### *Dados orçamentários e conversão cambial*

A maior parte dos dados aqui utilizados têm como fonte organismos internacionais de transparência e cooperação, tais como: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a *Inter-Parliamentary Union* (IPU) e o Banco Mundial. Os dados específicos acerca dos parlamentos e suas disposições e funções foram retirados especificamente dos portais das instituições representativas. Para o Brasil, o site da Câmara dos Deputados; e para os dados referentes ao Reino Unido o portal *UK Parliament*.

Os valores orçamentários utilizados foram levantados no site da IPU, através dos dados fornecidos pelos próprios parlamentos, todos os dados orçamentários do período estão disponíveis para os dois países e em dólares. Os valores da remuneração dos membros dos parlamentos foram convertidos das moedas correntes para o dólar e retirados diretamente dos portais de cada câmara.

As cotações utilizadas para as conversões foram as disponibilizadas pelo Banco Mundial, assim como os dados relativos ao PIB de cada país. Foi utilizada a cotação mais atualizada e todos os valores foram convertidos no dia 20/06/2022.

#### *Cronologia dos dados*

Os dados de desempenho coletados serão os mais atualizados, considerando os dados disponibilizados no portal: *Better Life Index* da OCDE. Nesse portal, os dados referentes ao engajamento cívico e à satisfação pessoal, já são a média do período. Dessa forma, serão calculadas as médias dos valores gastos e será feita uma comparação representativa para todo

o espaço de tempo determinado. Os dados referentes aos valores orçamentários coletados na IPU estão disponíveis de maneira consistente no período de 2013 até 2019, fator que influenciou também na definição do recorte temporal.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

### Contextualização

É válido propor uma discussão introdutória que busque lançar as bases contextuais de cada país e suas nuances. Existem diferenças consideráveis entre os sistemas políticos e de governo do Brasil e do Reino Unido (ARAGÃO, 2017), porém as comparações aqui desenvolvidas serão pertinentes apenas no contexto da câmara baixa do parlamento de cada um dos países. O fato inicial de que o regime parlamentarista concentra parte dos poderes do executivo no legislativo, promovendo uma eleição posterior à eleição popular para que seja escolhido o governo que tenha maioria, governo este que pode ser destituído politicamente a qualquer tempo (CHEIBUB, 2007). Tal fato, porém, não exerce grandes distorções na composição do parlamento, ainda que possam gerar certa diferença. Tais considerações poderiam trazer consigo a necessidade de uma outra pesquisa mais profunda acerca dos custos de maneira mais detalhada, o que não será possível aqui justamente por haver a intenção de produzir uma análise geral e ampla, sem, porém, perder a representatividade das afirmações.

**Tabela 1 - Critérios de Comparação Contextual (2013-2019)**

CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO	BRASIL	REINO UNIDO
NOME DA CÂMARA BAIXA	camara dos deputados	casa dos comuns
SISTEMA ELEITORAL	representação proporcional	plural/majoritário
SISTEMA PARTIDÁRIO	multipartidário	multipartidário concentrado*
SISTEMA DE GOVERNO	presidencialismo	parlamentarismo
NÚMERO DE MEMBROS	513	650**
DURAÇÃO DO MANDATO	4 anos	5 anos
SALÁRIO BRUTO	US\$ 6.789,60 mensais	US\$ 4.425,00 mensais
PIB MÉDIO	2,055 trilhões de dólares	2,832 trilhões de dólares
POPULAÇÃO MÉDIA	207.541.018	65.544.844

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do Banco Mundial e OCDE

\*O sistema partidário do Reino Unido concentra um número considerável de partidos em apenas duas posições maiores ao longo do exercício legislativo, sendo estes o governo e a oposição. Os demais partidos devem se acomodar na câmara tendo em vista essa divisão primordial.

\*\*O número de membros do parlamento do Reino Unido pode variar de acordo com as dinâmicas de cada legislatura.

Tendo em vista as considerações contextuais feitas acima (e anteriormente neste mesmo trabalho), é válido considerar que existe um grau suficiente de comparabilidade entre os dois contextos escolhidos. Dessa maneira, desenvolvem-se os passos necessários para que seja construída uma comparação qualificada.

O procedimento aqui desenvolvido será a disposição e comparação de cada um dos fatores de maneira isolada para que fiquem claras as definições e o que se pretende com cada um dos elementos comparativos aqui dispostos. As métricas de desempenho serão apresentadas de maneira mais detalhada, buscando relacioná-las tanto entre si quanto com os valores em uma análise mais aprofundada. A discussão acerca dos gastos se apresenta de maneira muito intensa atualmente, porém é preciso que se qualifique a análise para que fatores relevantes que poderiam gerar distorções nos dados sejam considerados.

A forma escolhida para tratar da maneira correta os dados relativos ao orçamento das câmaras foi a de estabelecer uma comparação prévia entre o PIB e os valores orçamentários, focando nas dinâmicas de cada valor e buscando entender se há alguma conexão entre as variações ou algum tipo de proporção.

### **Desempenho legislativo**

Existem critérios diversos que buscam criar sistemas de avaliação de parlamentares: em alguns casos é possível encontrar parâmetros mais ideológicos e em outros um ponto de vista mais produtivista e frio acerca da atuação dos parlamentares. Porém é muito complexa a avaliação de parlamentares individualmente e de suas atividades. A pretensão aqui é propor uma análise mais universal que tenha por função observar parâmetros gerais de desempenho com base na relação final: representantes/representados.

Da lista de sites que produzem comparações e geram métricas de desempenho acerca dos parlamentares no Brasil, é possível citar:

- <https://premio-congressoemfoco.partner.uol.com.br/votacao/#/regulamento> -

Congresso em Foco

- <http://www.diap.org.br/> - Diap
- <http://www.votoconsciente.org.br/> - Movimento Voto Consciente (MVC).
- <http://politicospoliticos.org.br/> - Ranking dos Políticos

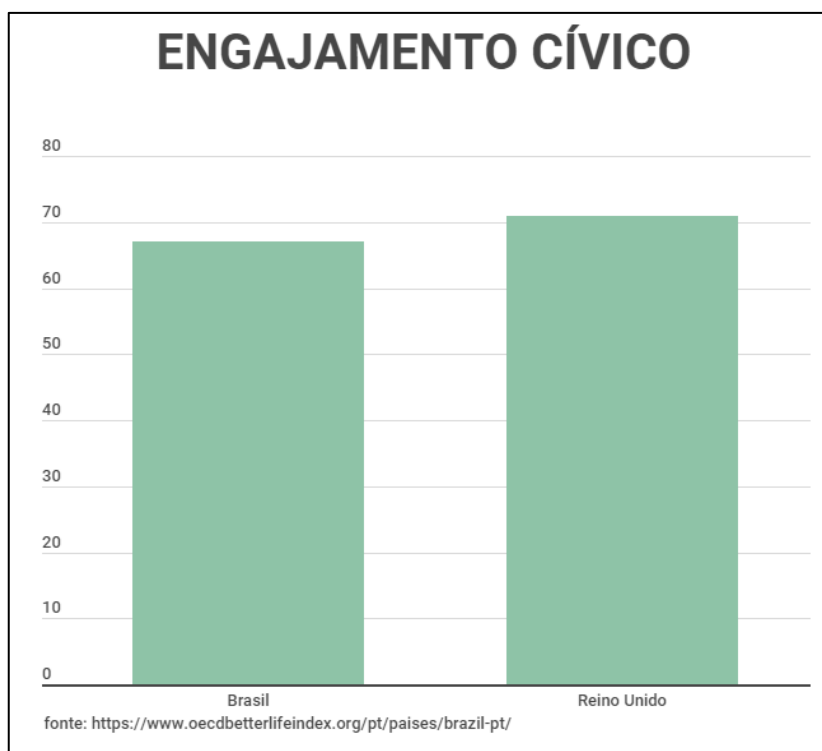
Tais portais são apenas alguns exemplos de iniciativas (muitas vezes meritórias) de se tentar produzir um maior esclarecimento acerca da atividade parlamentar e sua eficiência.

Porém, a simplificação de alguns critérios muitas vezes pode tornar a interpretação das atividades parlamentares simplista ou incompleta. Tendo tal possibilidade em vista, os critérios de desempenho aqui propostos pretendem estruturar uma visão geral que relacione diretamente a produção legislativa ao bem-estar do eleitorado, entendendo que, apesar das nuances e variedades que podem impactar os resultados, a comparação não é prejudicada por excluir os fatores externos em ambos os contextos comparados.

Dessa forma o entendimento de que outros fatores poderiam influenciar no bem-estar continua sendo real, porém a comparação se mantém coerente por retirar tais critérios em ambos os casos, tornando os contextos compatíveis. O cenário final da conexão entre os contextos e critérios será justamente um plano que visa indicar os custos relacionados diretamente com a qualidade geral de vida, pretendendo estabelecer uma relação geral do “valor do bem-estar”, entendendo-se que os valores investidos na câmara baixa do legislativo têm por função última a promoção dessa qualidade geral das condições da população.

No caso dos países estudados, a condição geral de engajamento cívico pode ser representada pelo seguinte gráfico:

**Gráfico 1 - Engajamento Cívico**



Fonte: OCDE

Apesar de uma pequena vantagem do Reino Unido, não existem diferenças tão grandes, apontando para uma condição de paridade entre os dois contextos comparados em

relação às demandas da atividade parlamentar. Tendo por base uma linha semelhante de demanda respaldada pelo critério do engajamento, pode-se imaginar também que a confiança nas instituições é semelhante, fator interessante que pode sinalizar uma confiança na efetividade da burocracia, mas não necessariamente em seus membros. Outro ponto a ser considerado é o de que no contexto brasileiro o voto é obrigatório, enquanto no Reino Unido é facultativo e, dessa forma, pode-se entender também que os dados poderiam se alterar caso os dois países possuíssem as mesmas regras nesse sentido.

Já a métrica de satisfação pessoal é o coração de uma análise menos quantitativa e mais qualitativa, buscando sistematizar a subjetividade dos eleitores como um fator determinante para o cálculo da eficiência do exercício da atividade legislativa. Apesar da dificuldade de se medir efetivamente o bem-estar de uma população, a coleta direta dos dados feita pela OCDE traz um panorama acerca desses dados que pode ser extremamente útil para a construção de uma percepção de eficiência que tenha por base os resultados e a concreção de melhorias para a população.

**Gráfico 2 - Satisfação Pessoal**



Fonte: OCDE

No critério da satisfação pessoal, é possível observar uma discrepância maior entre os dois países, com pouco mais de dois pontos de vantagem para o Reino Unido. Tal fator pode



(aliado ao engajamento cívico semelhante) representar uma potencial confiança na atuação das instituições que tem resultados concretos diversos, impactando assim a satisfação pessoal geral.

Uma análise aliando engajamento cívico e satisfação pessoal permite tanto explorar a demanda pelo trabalho parlamentar (alto engajamento) quanto uma métrica de resultados que representam os efeitos daquilo que foi de alguma forma atingido pela atuação dos representantes (satisfação pessoal).

### **Sistematização das métricas**

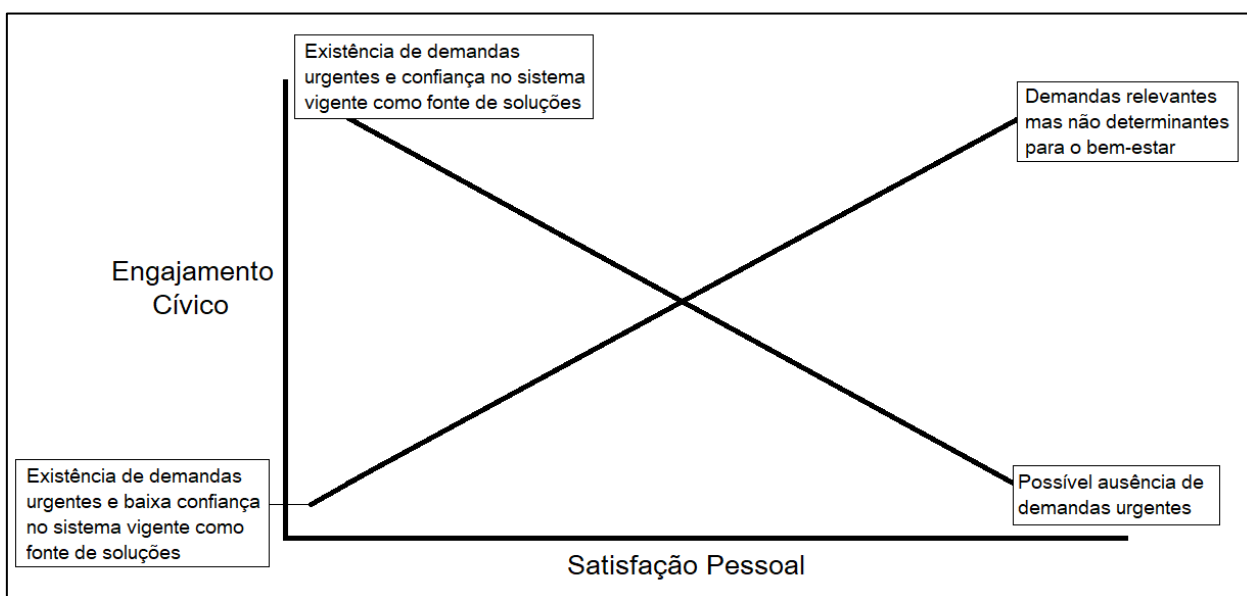
Um desafio da pesquisa é a estruturação de um ambiente comparativo que permita a organização das variáveis utilizadas de uma maneira simples e organizada. Compondo um modelo gráfico para orientar melhor o estudo das métricas de desempenho.

O objetivo de se promover a junção desses indicadores é a criação de um panorama de participação e comprometimento da população nos processos democráticos. Um baixo índice de engajamento cívico não indica necessariamente uma má conduta por parte dos representantes, mas pode servir como baliza interpretativa para a compreensão de índices de bem-estar e como estes se relacionam com os processos políticos de maneira geral. Sobre os indicadores de engajamento cívico e satisfação pessoal relacionados, pode-se construir uma lista de hipóteses que busca conectar tais dados sem necessariamente extrair resultados taxativos acerca dos países estudados:

- Um baixo engajamento aliado a um baixo nível de satisfação pessoal pode significar que, apesar de existirem demandas relevantes e urgentes, os representados não enxergam uma solução no processo político e em seus representantes;
- Um baixo engajamento aliado a um alto nível de satisfação pessoal pode indicar a ausência de demandas urgentes, demonstrando uma maior satisfação dos eleitores com seus eleitos;
- Um alto engajamento aliado a um baixo nível de satisfação pode indicar a existência de demandas urgentes e uma confiança da população nas instituições como meio de solução dos problemas;
- Um alto engajamento aliado a um alto nível de satisfação pode indicar que existem anseios relevantes, confiança nas instituições políticas como fonte de uma solução, porém as demandas não chegam a comprometer efetivamente o bem-estar dos cidadãos a ponto de refletirem uma satisfação menor;

Tendo por base tais reflexões, é possível construir um gráfico para dispor as informações de maneira a compor as variáveis e permitir uma comparação entre as métricas para os dois países simultaneamente. Tendo a orientação de um gráfico base que busca sistematizar as reflexões acima feitas, torna-se possível a construção de um plano de comparação que indique a composição das duas métricas de desempenho em um único espaço.

**Gráfico 3 - sistematização das métricas de desempenho**



Fonte: elaborado pelo autor

A análise preliminar dos critérios de desempenho já permite a sistematização acima para que a interpretação geral do que for depreendido desses dados tenha um contexto coerente. A estruturação dos pontos extremos do gráfico permite uma melhor visualização das nuances e dinâmicas de cada critério e como estes se relacionam para compor um critério geral de satisfação e engajamento que seja representativo para a análise geral da eficiência.

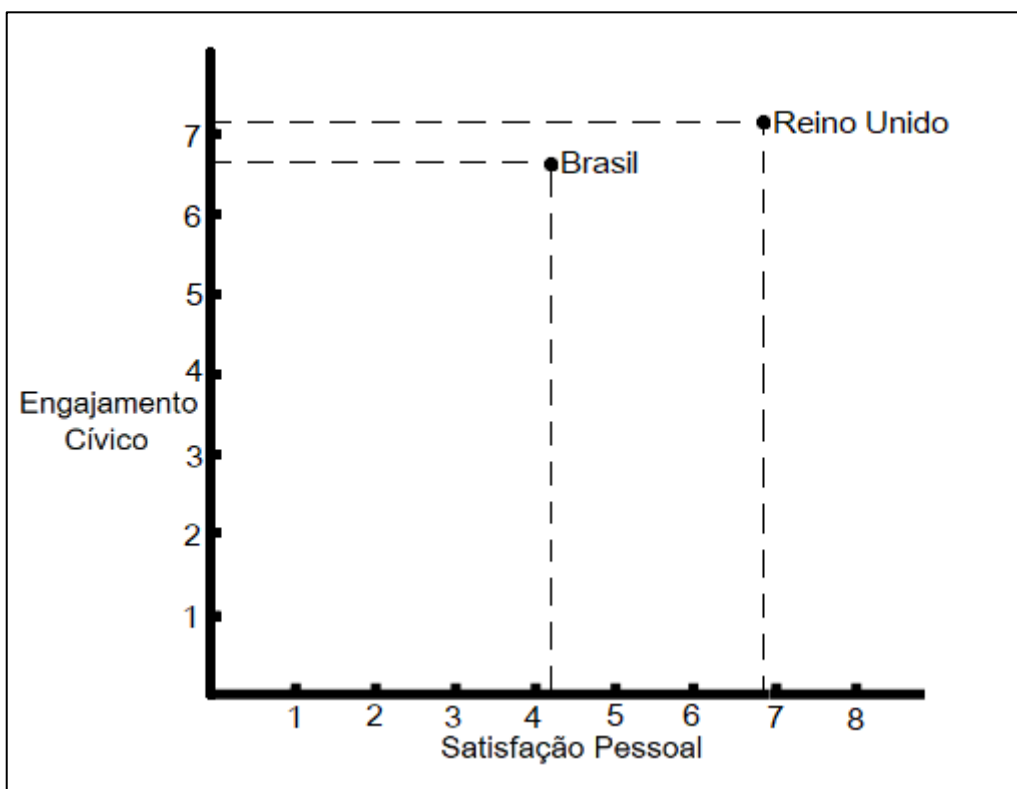
Na maior parte das análises ligadas à eficiência ou ao desempenho legislativo, os fatores de custo são relacionados à atividade em si, fato que torna a análise muito mais complexa e muito menos acessível. Entender a atividade parlamentar como parâmetro de eficiência muitas vezes pode levar a interpretações produtivistas que não necessariamente levam a resultados reais para a sociedade.

O que se pretende aqui é estabelecer uma métrica de desempenho que entenda a atividade legislativa como um todo homogêneo que tem por fim, em um contexto ideal,

promover o bem-estar da população representada e, sendo o fim último de qualquer atuação parlamentar, a produção de legislações que promovam melhor qualidade de vida aos eleitores.

Tendo por base a interpretação gráfica expressa acima, torna-se possível orientar melhor uma análise dos critérios de desempenho relacionados. Dessa forma, é válido, antes de maiores aprofundamentos analíticos, construir um gráfico apresentando as métricas de desempenho de ambos os países:

**Gráfico 4 - Comparação Brasil e Reino Unido no campo das métricas de desempenho**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da OCDE

Com a análise do gráfico, é possível reparar que o Brasil se encontra em um ponto muito próximo do Reino Unido em questão de engajamento, podendo significar uma certa paridade da confiança nas instituições nos dois países. Dessa forma, o critério de engajamento se torna uma variável secundária, já que as diferenças menores podem significar inúmeros fatores que não necessariamente são o objeto de estudo deste trabalho.

Por outro lado, a satisfação pessoal demonstrou uma diferença muito maior, permitindo a afirmação de que os países possuem um nível de confiabilidade parecido nas instituições que tem origens diferentes. Pode-se imaginar que a satisfação pessoal por volta dos 7 no Reino Unido fundamenta uma maior confiança, pensando por uma lógica de

incentivos por resultado. No Brasil, porém, seria pouco provável que níveis semelhantes de confiança tenham como base uma satisfação aproximadamente 3 pontos mais baixa.

Outra informação relevante que a comparação das métricas de desempenho apresenta é a de que o Brasil, apesar da paridade em um dos critérios, é o segundo colocado em ambos, fazendo com que a lógica para a análise dos gastos seja a de menores investimentos proporcionais na Câmara dos Deputados quando comparada à Câmara dos Comuns.

Mantendo à vista os critérios de desempenho e suas dinâmicas entre si, é possível fazer uma reflexão de mesmo modo acerca dos valores e as dinâmicas orçamentárias aqui abordadas. Primeiramente, é necessário fazer uma análise acerca apenas dos orçamentos de cada câmara, tendo em vista as diferenças contextuais como possíveis explicações para tais disparidades:

**Tabela 2 - Orçamento das Câmaras Baixas**

Orçamento (em dólares) para a câmara baixa	BRASIL	REINO UNIDO
2013	4974026365	218000000
2014	4941626109	208200000
2015	5362325807	224700000
2016	5275769027	226800000
2017	5923774223	225800000
2018	5924276414	264193000
2019	6311259832	305585000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da OCDE

Antes de serem estruturadas análises mais profundas comparando os dois países, é válido estudar os valores de cada contexto separadamente. Para que possam ser introduzidos os estudos dos valores tratados, será feita uma análise comparando o PIB de cada país e os orçamentos das câmaras.

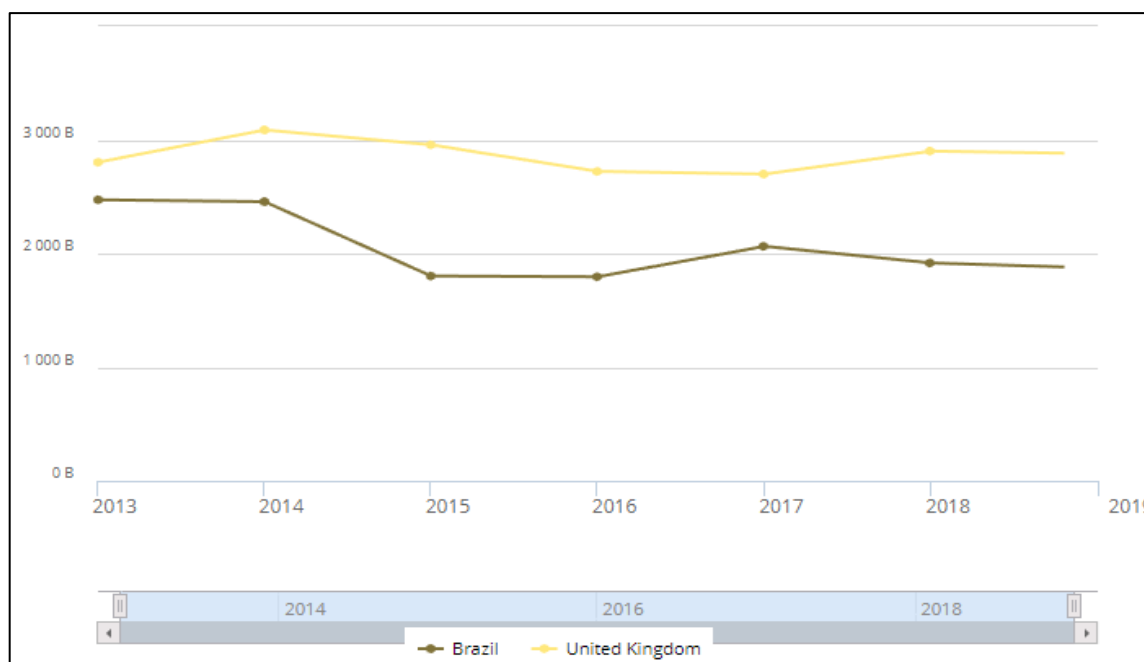
O que se pretende com essa análise é compreender se há algum tipo de aproximação dinâmica entre o Produto Interno Bruto e o valor destinado às câmaras baixas. Seria razoável imaginar que os maiores PIBs deveriam acompanhar os maiores orçamentos. Outro fator a ser percebido é a variação dos dois valores. Tendo em vista a necessidade de se construir um parâmetro dinâmico, serão feitas considerações acerca do acompanhamento do orçamento das câmaras em relação ao PIB, ou sua independência.

O Produto Interno Bruto é um indicador econômico que tem por base todos os bens produzidos no território nacional. Por mais que não seja um indicador específico, é um dos valores que dita os caminhos econômicos do país e sua possibilidade de crescimento no período. Dessa forma, entende-se que a burocracia estatal deve compreender as dinâmicas do

PIB para que os reajustes e investimentos sejam feitos de maneira saudável, levando em consideração as perspectivas econômicas no país e seus possíveis desafios futuros que podem levar à necessidade de contenção nos gastos públicos.

Dessa maneira, a análise do PIB pretende justamente propor uma perspectiva econômica geral para os dois países e entender melhor como os investimentos na câmara baixa se relacionam com o desempenho econômico geral.

**Gráfico 5 - PIBs Comparados**

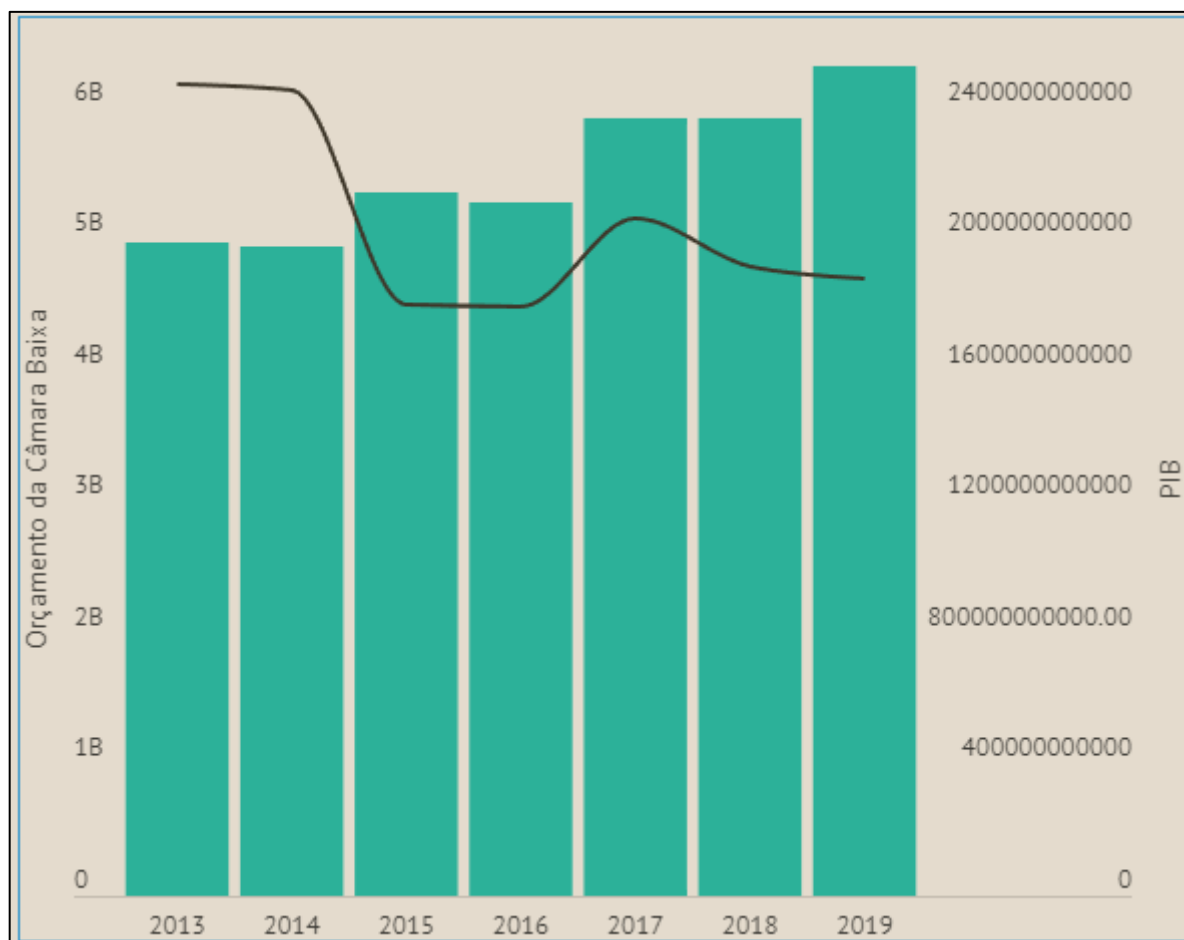


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

O gráfico acima busca balizar as análises posteriores acerca dos valores. Ter sempre em mente a diferença econômica de cada um dos países torna o processo de estudo mais dinâmico e produtivo, fazendo com que todas as percepções estejam alinhadas e direcionadas à compreensão da eficiência de maneira completa, não apenas com algumas análises isoladas.

Enquanto resultado direto dos dados sistematizados, é possível perceber um destaque do Reino Unido no quesito econômico, proporcionando uma noção básica de estudo que oriente para um gasto proporcional do que os gastos do Brasil. Já é possível notar uma disparidade nesse sentido quando se percebe que os orçamentos brasileiros são consideravelmente maiores do que os do Reino Unido, ainda que o PIB deste último seja maior.

Gráfico 6 - PIB x Orçamento da câmara baixa no Brasil



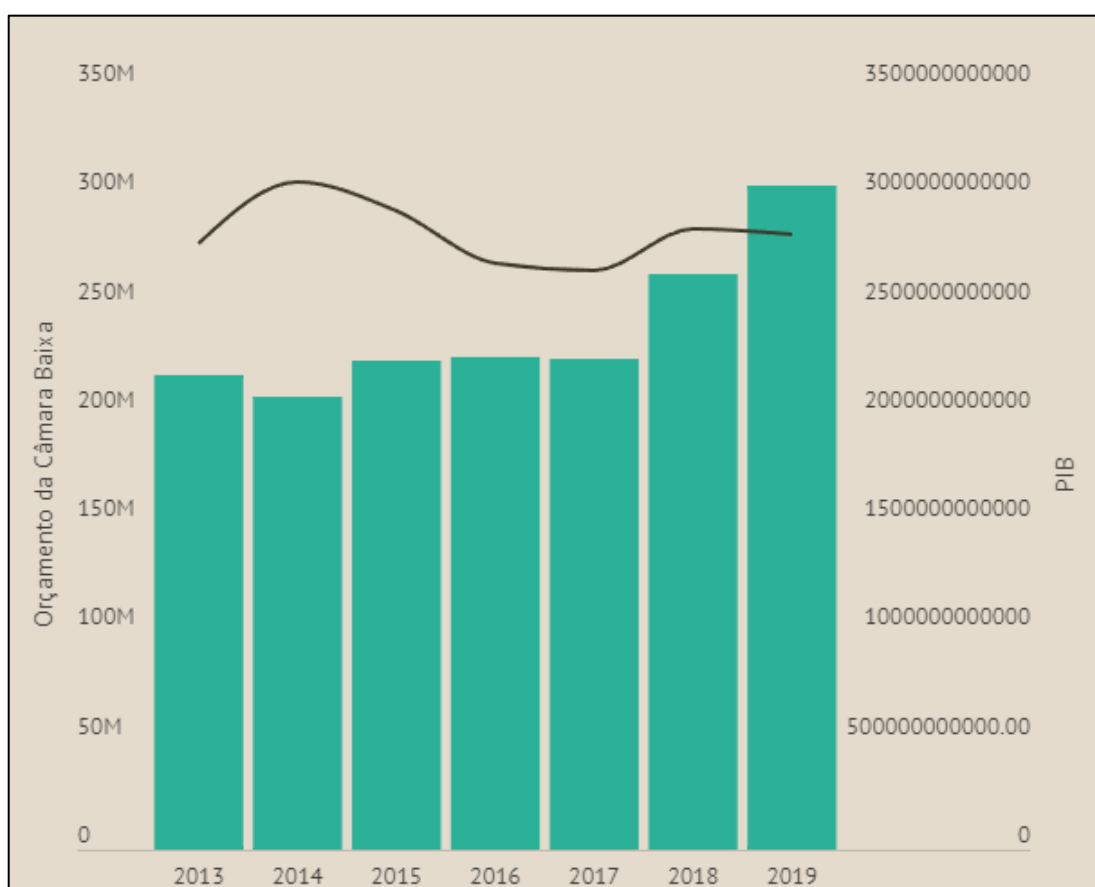
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

O gráfico acima compara o orçamento da câmara baixa do legislativo brasileiro com a dinâmica do PIB no mesmo período. Não é possível notar qualquer conexão entre os valores, no período de 2015 e 2016 - onde houve uma brusca queda no PIB - o orçamento da câmara aumentou, contrariando uma lógica de sanidade fiscal que significaria uma proporção direta entre as variáveis PIB e orçamento. É possível observar um aumento constante do orçamento em todos os anos, com reajustes aparentes a cada dois anos, fazendo com que os valores passem de menos de 5 bilhões em 2013 para mais de 6 bilhões em 2019, um aumento de 20% no período de sete anos analisado. Ainda que o horizonte inflacionário legitime a possibilidade de constantes reajustes, seria coerente pensar a sanidade dos gastos e a real necessidade dos recursos para que as dinâmicas do PIB pudessem, de alguma maneira, balizar o investimento em orçamento.

O PIB apresentou uma dinâmica inicial de queda, enquanto o orçamento da câmara baixa seguiu aparentemente um regime de reajuste bienal sem grandes mudanças. É possível

reparar uma pequena diminuição no orçamento no ano de 2016 em relação a 2015, porém sem grandes impactos. De qualquer forma, o resultado final do PIB no período estudado foi de queda, enquanto o reajuste para a câmara dos deputados foi de aproximadamente 1 bilhão de dólares a mais. Outro fator notável é a constância (ainda que em um período de tempo curto para uma análise dessa natureza) dos investimentos e seu reajuste, aparentando um regramento fixo do orçamento que pode não permitir flutuações que acompanhem o PIB ou qualquer outro indicador relevante.

**Gráfico 7 - PIB x Orçamento da câmara baixa no Reino Unido**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

É possível constatar que os gastos no caso do Reino Unido também não acompanham diretamente as dinâmicas do PIB, porém demonstram maior independência em relação aos gastos brasileiros, apresentando um reajuste diferente com uma certa manutenção do orçamento nos cinco primeiros anos do período, passando por reajustes significativos apenas a partir de 2018.

## **Discussão dos achados**

Tendo por base os dados analisados, é possível notar um investimento muito maior na câmara brasileira. Tendo por base as dificuldades relativas à quantidade de população do país, fator que acarretaria em uma atividade representativa mais dispendiosa, existe lógica numa maior quantidade de gastos em relação ao Reino Unido. Nesse aspecto, a média orçamentária do período no contexto brasileiro (5.530.436.825 de dólares) é 23 vezes maior do que a mesma média no contexto do Reino Unido (239.039.714 de dólares), enquanto a população brasileira é em média 3 vezes maior.

Poder-se-ia argumentar que o fato de a câmara brasileira possuir um menor número de representantes para uma maior população poderia gerar um desgaste maior no exercício da atividade parlamentar, fazendo com que seu custo aumentasse consideravelmente. Tendo tal argumentação em vista, é válido produzir uma média de representados por representantes, pois tal cálculo permitirá uma análise ainda mais aprimorada dos gastos tendo em vista os gastos médios por parlamentar e a quantidade média de representados por cada membro do parlamento.

No Brasil, a câmara baixa é composta por 513 deputados atualmente e a população média do período é de 207.541.018. Dessa forma, surge a proporção média de 404,563 habitantes por representante (considerando que a câmara constitui uma representação geral da população). No Reino Unido, a câmara é composta por 650 representantes e a população média do período é de 65.544.844, resultando em uma média de 100.838 representados para cada representante.

Essa perspectiva resulta em uma proporção quatro vezes maior de representados para os representantes brasileiros. Tal fato explica um maior gasto da câmara brasileira até certo ponto, tendo em vista que os desgastes de uma atuação parlamentar mais ampla geram um aumento considerável nos custos. Porém, é possível diluir tal deformação com o estabelecimento de uma mesma proporção representativa para ambos os contextos considerando um número diferente de representantes para o contexto brasileiro.

Ainda que este não seja o foco do estudo, é coerente produzir conteúdo analítico acerca das distribuições do orçamento de cada câmara por parlamentar. Por mais que existam discrepâncias nos gastos para cada um dos parlamentares, é válido considerar as diferenças nesse contexto, mesmo que apenas para gerar referenciais exploratórios.

Atualmente, a distribuição dos recursos orçamentários entre os parlamentares é de 10.780.578 por parlamentar, tendo por base todo o período estudado (um total de 1.540.082



dólares por ano para cada parlamentar) no Brasil. No Reino Unido, o valor da distribuição cai para 367.753 dólares por parlamentar ao longo do período estudado. Os parlamentares brasileiros, nesse cálculo, recebem uma parte do orçamento proporcionalmente distribuído, 29 vezes maior do que os membros do parlamento do Reino Unido.

Para que sejam evitadas deformações dos dados, tendo em vista a maior quantidade de representados associados a cada representante no contexto brasileiro, faz-se necessária uma consideração proporcional para que os dados sejam visualizados de maneira mais coerente. Se considerarmos uma proporção de 100.838 representados para cada representante no Brasil (utilizando a proporção do Reino Unido), o número necessário de parlamentares seria de 2.058, o que alteraria consideravelmente a distribuição do orçamento entre os parlamentares. Nesse contexto, o quinhão de orçamento destinado a cada um dos hipotéticos 2.058 parlamentares seria de 2.687.287 no período estudado. Ainda que a atividade parlamentar fosse igualmente distribuída entre cada representante, restaria uma distância: os gastos por parlamentar no Brasil no período estudado seguem sete vezes maiores do que os do Reino Unido.

Essa discussão nos traz a ideia de que os gastos no contexto brasileiro são consideravelmente maiores do que os do Reino Unido. Ainda que sejam estruturadas proporções levando em conta a quantidade de representados por representantes, os gastos são consideravelmente maiores, medindo a atividade parlamentar de maneira proporcional e tendo como resultado de todas as análises uma superioridade nos gastos por parte da câmara dos deputados.

Quando é feita a comparação entre as métricas de desempenho e os gastos de cada país, é possível notar que o Brasil tem orçamentos consideravelmente maiores em todos os anos estudados e uma média 23 vezes maior e se encontra em segundo lugar em ambos os critérios de desempenho. Com base nos valores apresentados, seria necessário que o Brasil aumentasse consideravelmente seus investimentos para que fosse atingida a mesma satisfação pessoal da população e, dessa forma, entende-se que a eficiência na aplicação dos recursos no contexto brasileiro é muito menos eficiente.

Se considerarmos uma média orçamentária do período de 5.530.436.825 bilhões de dólares para o Brasil e uma pontuação média de 4,2 na satisfação pessoal, é possível afirmar que cada “ponto de satisfação” tem um custo médio de 1.316.770.672 bilhões de dólares. Para que o Brasil, nessas condições de eficiência, alcançasse a pontuação do Reino Unido, seria necessário um aumento médio de 3.423.603.747 bilhões de dólares nos investimentos.

Isso não significa, obviamente, que aumentar os investimentos seria uma solução coerente. O que se direciona a partir dos dados e conclusões aqui expostos é a necessidade de que a eficiência seja mais cobrada e se altere a relação estabelecida entre os recursos e seus resultados, propondo perspectivas mais conectadas que relacionem diretamente as entregas à população e os investimentos na burocracia estatal.

## **CONCLUSÃO**

Através do estudo, foi possível notar uma constância nos gastos por parte do Brasil se destacando em relação aos do Reino Unido. A eficiência como uma maneira de se analisar os investimentos faz com que o estudo demonstre com clareza certos aspectos do investimento público muito pouco tratado até então. Dessa maneira, foi possível perceber que a confiabilidade nas instituições públicas como fonte de solução é relativamente parecida nos dois países, porém os investimentos na câmara baixa são muito maiores por parte do Brasil e os resultados traduzidos em bem-estar da população é consideravelmente menor.

Foi possível também perceber uma relação distinta da intuitiva nas proporções de orçamento, tendo um país com um menor PIB investindo consideravelmente mais do que outro com um PIB maior. Dessa forma, é possível concluir que a eficiência dos investimentos brasileiros na câmara baixa do legislativo são muito menos eficientes do que os do Reino Unido, sendo necessária uma revisão com base em resultados e não apenas em quantidade.

Aparentemente, o que ocorre é uma percepção quantitativa do investimento no Brasil, o entendimento de que o aumento dos gastos seria a solução para as questões problemáticas. Tal conclusão pode ser tirada também pela base de comparação PIB x Orçamento, já que, mesmo em momentos em que o PIB não cresce, o Brasil seguiu investindo quantitativamente mais na câmara baixa, ponto de diferença em relação ao Reino Unido que não mantém um reajuste periódico fixo no orçamento da câmara baixa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. Relações Executivo Legislativo no Presidencialismo de Coalizão: um Quadro de Referência para Estudos de Orçamento e Controle. Senado Federal, 2012.

BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder e SANTANO, Ana Claudia. *Eficiência e Ética na Administração Pública*. Paraná Editora Íthala. 2015.

BOUERI, Rogério; ROCHA, Fabiana; RODOPOULOS, Fabiana. *Qualidade do Gasto Público*, 2015.

BRASIL, Tribunal de Contas da União - TCU. Critérios gerais de controle interno na Administração Pública: um estudo dos modelos e das normas disciplinadoras em diversos países. Brasília, 2009.

BRASIL. LEI No 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 16 set. 2017.

CARVALHO, José Murilo de: O PECADO ORIGINAL DA REPÚBLICA - PARTE 2. Luis Felipe Pepa, YouTube. 26 jan. 2018. 17min51s. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ndQoGFJ\\_wuw](https://www.youtube.com/watch?v=ndQoGFJ_wuw)>. Acesso em: 13 junho, 2022.

CARROLL, R.; COX, G. W. Shadowing ministers: monitoring partners in coalition governments, 2008.

CHEIBUB, J. A; ELKINS, Z. A hibridização de formas constitucionais: a Constituição brasileira em perspectiva comparada in: INÁCIO, M. & RENNÓ, L. Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2009.

COELHO, Denilson Bandeira; MONTEIRO, Bento. Measuring Parliaments: Construction of Indicators of Legislative Oversight. Distrito Federal, 2015.

Data | DataBank. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/databases>>.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. São Paulo: Editora FGV, 2001.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida, 2004. (Trabalho apresentado na mesa redonda *A Psicologia Positiva e o seu Papel na Construção de Novas Tendências e Possibilidades de Pesquisa*, na XXXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Florianópolis, SC, 2002. Trabalho parcialmente financiado pela Capes.)

GUASCH, J. Luis; HAHN, Robert W. The Costs and Benefits of Regulation: Implications for Developing Countries. The World Bank Research Observer. Washington D.C, v. 14, n° 1, feb./1999.

HELD, David. A democracia, o estado-nação e o sistema global, 1991. (Trabalho apresentado na Conferência "Aprofundando e Globalizando a Democracia", realizada em Yokohama, Japão, 17-22 de março de 1990.)

Inter-Parliamentary Union. Disponível em: <<https://www.ipu.org/>>.

IPU comparative data on. Disponível em:

<[https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield\\_structure\\_of\\_parliament#map](https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield_structure_of_parliament#map)>.

MAINWARING, Scott. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. Comparative Politics 24.1, 1991.

MENEGUIN, Fernando SILVA, Rafael Silveira. Avaliação de Impacto Legislativo: Cenários e Perspectivas para sua aplicação. Senado Federal, 2017.

MIRANDA, Juliana Paula. UMA ANÁLISE DOS MODELOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARLAMENTAR. Brasília, Distrito Federal, 2015.

MORGENSTERN, Scott; NACIF, Benito, ed. Legislative Politics in Latin America. New York: Cambridge University Press, 2002.

MOYNIHAN, D. P.; PANDEY, S. K. Testing how management matters in an era of government by performance management. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 15, n. 3,

OECD. OECD.org - OECD. Disponível em: <<https://www.oecd.org/>>

OECD Better Life Index. Disponível em:

<<https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/#/111111111111>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

PELICIOLI, Angela Cristina. A atualidade da reflexão sobre a separação dos poderes, 2006. Senado Federal, Distrito Federal.

RAUPP, Fabiano Maury. Transparência do Custo da Atividade Parlamentar, 2020. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 17, n. 44, p. 154-166, jul./set., 2020

SANO, Hironobu e MONTENEGRO FILHO, Mário Jorge França. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. *Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 11, n. 22, jan./abr, 2013. Disponível em <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186/564>, acessado em 26/06/2022.

STEPAN, A., 1990. Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual. *Estudos Avançados*, 4(8), pp.96-107. DOI: 10.1590/S0103-40141990000100007

TRENNEPOHI, Claudia; ZALESKI, Andressa; ARFERICH, Eloísa. PRESIDENCIALISMO X PARLAMENTARISMO: ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS À SOCIEDADE, 2015. (Trabalho de pesquisa elaborado para o II Colóquio de Iniciação Científica do curso de Graduação em Direito da Unijuí (2015), campus Ijuí.)

SOUZA, W. J. *Responsabilidade social corporativa e Terceiro Setor*. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2008.

ZENNARO, Sara. Measuring Parliamentary Performance: Executive-Legislative Relations in Fourteen EU Legislatures. Paper prepared for presentation at the ECPR Joint Sessions of Workshops, Granada, Spain, 2005.

Índice imagético:

Imagem 1 - dados disponíveis em: Data | DataBank. Disponível em:

<<https://databank.worldbank.org/databases>>. e OECD Better Life Index. Disponível em: <<https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/#/11111111111>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

Imagem 2 - dados disponíveis em: OECD Better Life Index. Disponível em:

<<https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/#/11111111111>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

Imagem 3 - dados disponíveis em: OECD Better Life Index. Disponível em:

<<https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/#/11111111111>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

Imagem 4 - dados disponíveis em: dados produzidos pelo autor

Imagem 5 - dados disponíveis em: OECD Better Life Index. Disponível em:  
<<https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/#/11111111111>>. Acesso em: 8 jul. 2022.

Imagem 6 - dados disponíveis em: IPU comparative data on. Disponível em:  
<[https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield\\_structure\\_of\\_parliament#map](https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield_structure_of_parliament#map)>.

Imagem 7 - dados disponíveis em: Data | DataBank. Disponível em:  
<<https://databank.worldbank.org/databases>>. Acesso em: 04/07/2022

Imagem 8 - dados disponíveis em: Data | DataBank. Disponível em:  
<<https://databank.worldbank.org/databases>>. e IPU comparative data on. Disponível em:  
<[https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield\\_structure\\_of\\_parliament#map](https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield_structure_of_parliament#map)>.

Imagem 9 - dados disponíveis em: Data | DataBank. Disponível em:  
<<https://databank.worldbank.org/databases>>. e IPU comparative data on. Disponível em:  
<[https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield\\_structure\\_of\\_parliament#map](https://data.ipu.org/compare?field=country%3A%3Afield_structure_of_parliament#map)>.